

Sarney adia de novo anúncio da Comissão

Ass. Constituinte Ministro da Justiça marcou até hora, mas lista não foi divulgada

"O Presidente acaba de assinar o decreto da Comissão Constitucional. Farei o anúncio formal às 5 da tarde, no meu ministério", prometia o ministro da Justiça, Fernando Lyra, às 11h45, após meia hora de conversa com José Sarney. "O Presidente não assinou o decreto; o anúncio está adiado", desmentia o porta-voz adjunto da Presidência, jornalista Frota Neto, às 20 horas.

No início da noite de ontem, após conceder audiência ao ex-ministro-chefe do Gabinete Civil do governo Figueiredo, jurista Leitão de Abreu, Sarney resolveu adiar, pela terceira vez, o anúncio oficial da lista de integrantes da Comissão Constitucional do Governo que se encarregará da elaboração de um anteprojeto de Constituição.

Pela manhã, Fernando Lyra havia assegurado que anunciaria a lista no final da tarde. No Palácio do Planalto, o jurista Célio Borja, assessor especial de Sarney, contestava: "Os nomes não sairão; o atraso deve-se à necessidade de uma nova revisão no texto", explicou.

As revisões, aliás, vêm sendo feitas desde a semana passada. Na última quinta-feira, quando recebeu o decreto das mãos do ministro Lyra, Sarney chegou a fazer algumas alterações de próprio punho: "Mande rebater tudo", or-



denou o Presidente, frustrando a primeira tentativa do ministro da Justiça, que pretendia formalizar o anúncio naquele dia.

Contrariado, Lyra retardou sua entrevista coletiva para sábado passado. Apesar de ter procurado Sarney, não conseguiu o "sinal verde" do Presidente. Teve de engolir um novo adiamento, desta vez para ontem.

"O Presidente não assinou e não temos informações sobre o dia em que o decreto será divulgado", sentenciou, no início da noite de ontem, o porta-voz adjunto Frota Neto, que substituiu o titular Fernando César, que viajou para São Paulo.

NOMES

A necessidade de uma nova revisão no texto — alegação de Célio Borja — não foi, certamente, o único motivo da decisão protelatória do presidente Sarney. As contradições em torno dos nomes dos com-

ponentes da comissão não foram menores que os prováveis erros do decreto.

Na última sexta-feira, por exemplo, conversando com o CORREIO BRAZILIENSE pelo telefone, Fernando Lyra desmentia a informação de que o ex-ministro do governo Figueiredo, Leitão de Abreu, seria convidado para integrar a Comissão. Também pelo telefone, minutos depois, Leitão confirmava ao CORREIO: "Fui apenas sondado".

Ontem, às 18 horas, o ex-ministro foi oficialmente convidado, no Palácio do Planalto, pelo próprio José Sarney, apesar do desmentido de Lyra. Esquivando-se de novas preocupações, Leitão de Abreu recusou o "honroso convite".

— Não quero participar; prefiro ficar afastado. Já há muitas comissões... tem a da OAB, a do Congresso e agora essa que vai ser criada. Mais um menos um, não vai fazer falta — afirmou o ex-ministro, pelo telefone, depois de ter-se esquivado da imprensa, saindo pelo elevador privativo da Presidência da República.

Os principais assessores de José Sarney evitaram os comentários. "Acho que o Governo está cometendo muitos errinhos e precisa tomar todos os cuidados antes de divulgar qualquer coisa", ironizou um íntimo colaborador do Presidente.



Lyra esteve com Sarney e prometeu o anúncio que não foi feito

Os nomes mais cotados

Devem integrar a lista que será anunciada pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra: Afonso Arinos (presidente), Jorge Amado, Antônio Ermírio de Moraes, Saulo Ramos, Fernando Henrique Cardoso, Paulo Brossard, Paulo Bonavides, José Francisco da Silva (Contag), Bolívar Lamounier, Miguel Realé, Celso Furtado, Célio Borja, Benedita Silva, Ferro Costa, Carlos Alberto de Oliveira, Walter Barelli e Mauro Santayana que será o secretário-executivo.

Além desses, estão cotados: Josaphat Marinho, João Paulo Pires de Vasconcelos, Edgard da Matta Machado, general Otávio Costa, Laerte Vieira, Dalmo Dallari, José Afonso Silva, Fábio Konder Comparato, Pinto Ferreira, Xavier D'Albuquerque, Seabra Fagundes, Rafael de Almeida Magalhães, Arnaldo Malheiros, Joaquim Falcão, Eduardo Portella, Gilberto de Ilhoa Canto, Evaristo de Moraes Filho, César Saldanha de Souza Júnior, Milton Santos e o ator Carlos Zara.

Ontem, especulava-se também os nomes do pianista Arthur Moreira Lima e do oftalmologista Hilton Rocha para comporem a lista.



Leitão de Abreu foi ao Palácio e recusou convite

Borja quer Carta com liberdade

"O importante é que a próxima Constituição estabeleça uma nova ordem, fundada na liberdade", afirmou ontem o jurista Célio Borja, assessor especial da Presidência da República, escolhido pessoalmente pelo presidente José Sarney como um dos integrantes da Comissão Constitucional que elaborará um anteprojeto de Constituição.

No Brasil, o povo tem sido superior a elites e está plenamente preparado para conviver com uma ordem elaborada a partir do princípio da liberdade, disse Borja, que recebeu a notícia de sua indicação na última sexta-feira.

Célio Borja, ao contrário de outros juristas, defende uma composição "ecletica" da Comissão Constitucional: "Todos devem contribuir em pé de igualdade; o anteprojeto de Constituição deve resultar da pericia dos entendidos e da auscultação dos mais diversos setores da sociedade", defende.

E é como estudioso do direito constitucional, com ampla experiência na vida pública, tendo sido inclusive presidente da Câmara dos Deputados, Célio Borja pretende dar sua contribuição à Comissão.

O assessor do presidente José Sarney reconhece que será muito difícil elaborar um anteprojeto de Constituição que seja fruto do consenso de todos os com-



seja tutelar a Constituinte, que poderá, inclusive, não utilizar o anteprojeto. Se os senadores e deputados constituintes desejarem utilizá-lo, porém, terão a opinião consensual de representantes de diversos setores, ou um leque de opiniões nos casos em que não houver consenso, incentiva Borja.

Se for liberado pelo presidente José Sarney, Célio Borja pretende desligar-se do seu cargo de assessor especial da Presidência para candidatar-se a uma cadeira de deputado na Assembleia Nacional Constituinte.

— Todos nós temos um sangue político e, consequentemente, estamos vinculados à vida pública, explica.

LOBBY

A organização de "caixinhas" de empresários para financiar candidatos que defendam seus interesses na Constituinte é encarada por Célio Borja com naturalidade. "Todos têm direito de se fazer representar, desde que ajam dentro dos limites da lei", defende, e complementa:

— Os trabalhadores também exercem a sua influência, através das federações, confederações e até as confederações das confederações, como a Central Única dos Trabalhadores, que congrega diversas entidades.

ponentes da Comissão. Por outro lado, não considera o consenso um fator fundamental:

— A comissão foi concebida por Tancredo Neves e mantida pelo presidente José Sarney com o objetivo de disciplinar e suscitar o debate. O anteprojeto não precisa, necessariamente, ser um trabalho consensual; pode submeter à Constituinte mais de uma sugestão sobre um determinado tema.

NÃO TUTELAR

O anteprojeto de Constituição que será elaborado pela Comissão Constitucional deve ser utilizado pelos membros da Assembleia Nacional Constituinte, segundo Célio Borja, com "um ponto de partida".

— E importante esclarecer que a Comissão não de-

Trabalhador é fundamental

Belém — "O trabalhador é a parte mais importante da Constituinte", disse, ontem, o ministro do Trabalho Almir Pazzianoto, ao falar aos funcionários da Delegacia Regional do Trabalho, no Estado do Pará, proclamando-os a lutar por uma Assembleia Nacional Constituinte que "Dê ao País uma Carta Magna consoante com as nossas necessidades. Precisamos olhar a classe trabalhadora com justiça social e sem paternalismo para que haja trabalho e exista emprego". Ele reuniu com lideranças sindicais paraense e hoje segue para Marabá, onde reunirá com a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada.

Defendeu a tese de que as entidades dos trabalhadores devem se organizar para a Constituinte a fim de "chegarmos à democracia através da negociação. Por uma ação de convencimento". Mas esclareceu, por outro lado, que "não somos inimigos da livre iniciativa

va, dos empresários. Sou favorável à economia de mercado. Mas não somos favoráveis ao alheamento do Estado".

Em resposta às reivindicações apresentadas pelo delegado substituto da DRT, Luis Almir Cavalcante Santos, quanto à necessidade de construção de uma nova sede para o órgão e falta de material, o ministro falou que lamentavelmente "o Ministério do Trabalho é uma esperança de uma realidade ainda não concretizada". Isto porque está adequadamente instalado em "três ou quatro Estados e muito mal instalado nas principais capitais do País".

Salientou que a melhor instrumentalização do Ministério está dificultada principalmente em virtude do fato de que "hoje, vivemos apenas com os 20 por cento da contribuição sindical, que deveria ser carregado para um fundo aos desempregados. E vivemos mal. Não temos instalações adequadas".

Justiça quer independência

Natal — "A criação de tribunais regionais, de recursos e a autonomia financeira da Justiça Federal serão as sugestões que a Justiça levará à Assembleia Nacional Constituinte, a fim de que o preceito constitucional relativo à independência dos três poderes seja uma realidade palpante", afirmou ontem o presidente do Tribunal Federal de Recursos, ministro Lauro Leitão.

Fazendo um histórico da situação da justiça no Brasil, o ministro Lauro Leitão lembrou que, depois de 1964, o Ato Institucional número 2 "restabeleceu a justiça de primeiro grau, embora não houvesse instalações próprias para essa justiça. A preocupação hoje, explicou, é aparelhar a Justiça Federal a fim de que possa funcionar em instalações adequadas".

General quer ouvir o povo

Fortaleza — O general Antônio Carlos de Andrada Serpa afirmou em Fortaleza, que a Constituinte poderá trazer "grande frustração para o povo brasileiro, se não resultar da discussão de um projeto nacional com a participação de todo o povo".

O general Andrada Serpa informou que vai percorrer todo o País defendendo o seu "Projeto Nacional", que consiste em traçar parâmetros para a Constituinte relacionados com as políticas externa e interna.

As nações ricas se recusam a baixar o alto padrão de vida dos seus povos.

Amaral Netto tem dúvidas

O deputado Amaral Netto (PDS-RJ) põe em dúvida o esperado êxito da Comissão Constitucional.

Embora ressalte a admiração que tem por Afonso Arinos de Mello Franco, acha que os constituintes de 1987, "livres e soberanos", poderão frustrar todos os esforços feitos à sua margem, especialmente os que serão realizados pela Comissão.

A Constituinte — continuou Amaral Netto — vai ter a sua grande Comissão Constitucional. Esta é que deverá receber as sugestões da sociedade brasilei-

ra. A Comissão do Governo, agora designada, não chegará jamais a um consenso, dada a diversidade doutrinária dos seus membros. Contudo, vai ser bastante onerosa aos cofres públicos, pois terá de pagar passagens aéreas, hotéis, locomoção etc. aos seus componentes, para resultados que duvido sejam felizes.

E concluiu Amaral Netto: — Melhor seria que se pedisse somente ao professor Afonso Arinos as sugestões de ele está em condições de oferecer, e que seriam submetidas, no futuro, à Comissão da Constituinte.